cultura.df@dabr.com.br
3214-1178/3214-1179
Editor: José Carlos Vieira
josecarlos.df@dabr.com.br

Correio Braziliense
Brasília, terça-feira, 17 de novembro de 2026

DOCUMENTÁRIO DE PEDRO LACERDA, *TERRA QUENTE* DISCUTE ORIGENS E USOS DOS LOTES RESERVADOS À CRIAÇÃO DA CAPITAL E DO DF

AS PARTES DO TUDO

FÚNDIO

Fotos: Reprodução



O diretor Pedro Lacerda no set do filme e Terra quente

Salviano Guimarães, dos grandes herdeiros de muitas terras

» RICARDO DAEHN

Do ponto da campanha do candidato à presidência JK, em Jataí, num comício de 1955, em que Toniquinho, um humilde amigo do prefeito, alertou JK sobre a necessidade de cumprir a Constituição, que estabelecia a criação da capital interiorana, ao milagre do levante da construção de Brasília, pela força dos operários, o cineasta Pedro Lacerda apresenta o miolo de seu novo filme: *Terra quente*, ainda inédito. "Quem mais cedeu terra para construção de Brasília, de acordo com os historiadores, foi Luziânia. Salvo engano, cedeu 42 fazendas para construção de Brasília. Com Corumbá de Goiás, Planaltina (que abriga a pedra fundamental, de 1922), Luziânia forma o quarteto de cidades que cederam basicamente toda a terra que compõe o DF", comenta, entusiasmado, o diretor do filme com o qual pretende circular em festivais.

Entre histórias, Lacerda atenta para a concentração de terras pertencentes à família do arquiteto e político Salviano Guimarães, de linhagem muito rica, que viu as terras do comerciante avô assentando áreas como a da Esplanada dos Ministérios. Redimensionar o imaginário coletivo move parte do documentário *Terra quente*, que destaca o debate de uma nova capital no interior do país, mesmo antes das duas (e fundamentais) missões Cruls. Anterior é o cenário em que Francisco Adolfo de Varnhgen, militar, diplomata e historiador, trouxe as bases das pesquisas de altitude, e considerou fatores ligados às águas e a comodidade das temperaturas. Consequências na realização do filme são esperadas pelo realizador que lista pendências no "georreferenciamento atrelado à ocupação das terras" e marcações, outrora, de improvisos apagadas pela ação do tempo: o desaparecimento de marcos como rios, buracos, montanhas, córregos e que passaram a não existir mais. O filme sublinha o sistema de sesmarias e as bases de antigas escrituras paroquiais.

Depois de ver filmes sobre a construção da capital sob o ponto de vista do operário, Lacerda resolveu investir no "ponto de vista da terra" para o documentário. Tratar de tópicos nutridos por invasores, grileiros e posseiros, para além da vontade de ver efetivada a regularização fundiária (prevista na lei 13.465, de 2017), o levou à criação de uma linha narrativa disposta entre o século 19 e um período posterior à construção de Brasília, movido por curiosidade e por um patrocínio de R$ 240 mil para trabalhos de três anos. "Precisava, também, me blindar para ter independência, e não haver dirigismo. Fui em cartórios, visitei os de Luziânia, Planaltina de Goiás e de Planaltina, e cacei documentos para comprovar teses apresentadas pelos entrevistados", diz. Algumas ligações para Terracap não obtiveram trânsito. "Insisti, por vezes, e o filme é um pouco polêmico porque ele mostra que tem muitos interesses obscuros por trás das terras que hoje compõem o DF e que são terras muito valorizadas", avalia o cineasta.

Entrevista // Pedro Lacerda, cineasta

O que te moveu para criar o longa?

Estou em Brasília desde 1969. Meu pai faleceu em 1964, em MG. Aí, os irmãos começaram a migrar para Brasília. E o que me alimentou a curiosidade sobre o tema foram as terras foram pensamentos como: "JK construiu isso aqui em tempo recorde, inimagináveis 42 meses. Como ele fez isso? De quem eram as terras, quais os donos? Aqui, tudo era Goiás, ainda sem DF. Como é que JK adquiriu terras, como foram compradas? Como chegaram aos donos das terras? O tempo impediria descobrir os donos das fazendas, estabelecer contratos de compra e venda, gerar escrituras, depois pagar? Haveria tempo para este desafio?". Me propus a buscar como se deu este processo, explicando bem.

O que te surpreendeu no processo do filme?

Coisa inimaginável para mim era não acreditarem haver tribos de índios aqui no Centro-Oeste. Porque quando a Coroa decidiu que o Centro-Oeste brasileiro precisava ser desbravado, pessoas vindas no século 18 enviaram cartas a Portugal relatando ser o Centro-Oeste um lugar em que qualquer um poderia sobreviver, diante da flora e da fauna. Tinha muita água, tinha muito animal silvestre, muita fruta. Virtualmente, não havia ameaças indígenas ou disputas entre índios. Com o filme, notei que, sim, havia muitas tribos indígenas aqui — pensava em mim a sensação de que os indígenas habitavam apenas o litoral. E fugidos inclusive dos bandeirantes. Então, tupis migraram para cá. Existiam entre eles ritualistas, ou seja, eram canibais. Percebi que, entre novidades (para mim), pesava a riqueza o ouro e o fato de haver crixás, ava-canoeiros.

Como decifrou a relação ao sonho de Dom Bosco e o vínculo com a cidade?

Sobre o sonho de Dom Bosco, vi algo que eu não sabia: Brasília nunca teve nada a ver com o sonho de Dom Bosco. Quando os padres salesianos decidiram se expandir pelo mundo, eles estavam em discussão e debate para saber da fixação. Sempre alguém dizia: "Olha, nessa região aqui onde está o Brasil, há muito ouro, tem muita riqueza. E a Coroa portuguesa já está lá muito tempo. Está virando um lugar de importante..." Aí, apareceu, então, o sonho de Dom Bosco com o dizer de um padre associado ao sonho que teria um lugar construído em cidade na latitude tal, que jorraria leite e mel, muito dinheiro, muito poder, muita riqueza. Isso influenciou, então, os padres salesianos a virem para cá. Mas não tinha a ver com a construção de Brasília, tinha a ver com a expansão deles pelo mundo. O sonho de Dom Bosco foi utilizado para "o petróleo é nosso". Foi usado como se Deus quisesse a construção de uma cidade. E, no filme, na nossa pesquisa, quem afirma tudo isso é um historiador do Arquivo Público que, por sinal, é padre. Ele contextualiza essa história do sonho, que mais tem a ver com riqueza, com dinheiro, com trabalho do que com a construção de Brasília. A versão é dessa fonte.

Ouviu anedotas e causos ao longo do filme?

Nas fotografias, antes de 1950, com o Cerrado estava um lugar que ninguém queria, ninguém dava valor comercial. Ouvi que um comerciante de Formosa, com muita terra, um dia trocou uma gleba da terra dele por um rolo de fumo, aquele rolo grande, bem enrolado (risos). Aqui era só "pequi, pequi, pequi, pequi", como fala um dos entrevistados. O processo de criação da cidade no meio do nada é fato que nos ilumina os olhos. Você pensa: "Bom, da onde veio a água? De onde veio o cimento?..." Na pesquisa, a gente vê que as ferragens vinham praticamente pré-montadas num tamanho para a construção da Esplanada. De concreto. De concreto verdadeiro, era o Palácio do Planalto, mas a Esplanada dos Ministérios, o Congresso contaram com material estrangeiro pré-montado. Chegava o material, juntavam, montava, soldava e tocava o pau. Então, isso é impressionante.

Como relatou o episódio das supostas mortes de operários, num caso célebre na cidade?

O episódio refeitório da Pacheco Fernandes é algo que sempre me trouxe dúvida, já que Brasília nasceu fotografada, filmada. E não existe um registro, uma foto ou filme que mostrasse a quantidade de mortes de operários que alegam, e que a imprensa divulgou por tanto tempo, e ainda divulga. Uns dizem que foram mais de 100 mortos, mas não existe nada que comprove. Há o filme do Vladimir Carvalho (Conterrâneos velhos de guerra): me vali do trecho em que questiona o Oscar Niemeyer, que não nega, mas diz que nunca soube daquilo. O Vladimir insiste, insiste, e o Niemeyer diz: "Olha, eu não sei sobre isso, eu não posso falar". Então, não há comprovação. Eu mesmo não acredito que houve esse massacre coletivo no refeitório. A doutora Olíbia Guimarães era advogada da Novacap, e trabalhava ali perto do Núcleo Bandeirante. Ela afirma que só houve uma morte, porque na confusão, um policial deu um tiro, acertou uma pessoa. E o ferido, por medo, se escondeu debaixo de um banco, como não foi atendido, ficou escondido, perdendo sangue, e lá morreu. Mesmo assim, eu não desautorizaria o filme do Vladimir, não. Vi até o Eduardo Coutinho dizer que, num documentário, não precisa ser tudo verdade também.

Tropeçou em muitas irregularidades ao cercar o tema do filme?

No contexto de loteamentos, desapropriação, doação, ocupações trazem conceitos contraditórios, e quando Brasília estava sendo construída, houve lei que autorizou, mas ainda determinou a data de inauguração. Figuras como JK, Lucio Costa, Niemeyer, Bernardo Sayão estavam preocupados na construção. Não havia tempo para se cuidar da questão fundiária do DF inteiro. O próprio JK dizia: "Nossa preocupação é construir Brasília, depois, nós vamos ver a questão da terra, das terras do DF inteiro". Mas, como todos sabem, ele não reviu, tendo sido inclusive cassado; e nem pode rever questões. Então, a Terracap que foi criada um tempo depois, começou a ocupar as áreas que tinham aqui no DF, fora de Brasília, dizendo que era dela — mas não tem escritura, documentos que comprovem propriedades de áreas como Paranoazinho, como a Fazenda Taboquinha. A questão da terra no DF, e não em Brasília, ainda carece de um debate muito grande. O próprio deputado Izalci Lucas, que foi relator da lei de regularização fundiária (Lei nº 13.465/2017), entende isso, não foi feita ainda essa real regularização. É preciso haver estudos. O DF inteiro carece de uma regularização, assim como o Brasil inteiro.

Como vê a figura de Hipólito José da Costa, citado no filme?

Ele, com o **Correio Braziliense**, publicado em Londres, foi entusiasta da construção de Brasília. Muitos artigos no **Correio** incentivavam essa construção, ao passo que opositores de JK, como Carlos Lacerda, torciam contra. O **Correio Braziliense** teve uma importância muito grande nessa construção de Brasília, incentivando JK para que Brasília saísse, que a capital saísse do litoral. Naquela época, as invasões se davam pelo mar. Havia questão de segurança, e capital precisava ficar ao centro do centro do país. Houve contribuição do **Correio**, por meio do Hipólito, antes da criação dos Diários Associados, por Chateaubriand.

Que visões o documentário traz da Novacap e da Terracap?

Sobre a Novacap e a Terracap, entrevistei a doutora Olíbia Guimarães, que foi a primeira advogada da Novacap. Ela contou da Brasília com obras 24 horas, em dois turnos: um pelo dia, e outro, pela noite toda. Ela redigiu o decreto que criou a Terracap, porque, como diz, a Novacap não conseguia tocar ao mesmo tempo a obra e cuidar da questão das terras. Foi criada uma empresa pública imobiliária para cuidar especificamente da terra. E com a lei da desapropriação, não se dizia que as terras deixavam os seus donos, dizia exatamente que as terras deixavam de pertencer ao Estado de Goiás. Aqui, tudo era Goiás, e passa a pertencer ao DF. Mas o governo tinha que indenizar todas as pessoas. Não era automático desapropriar, e tomar a terra.

Qual o ganho do seu filme?

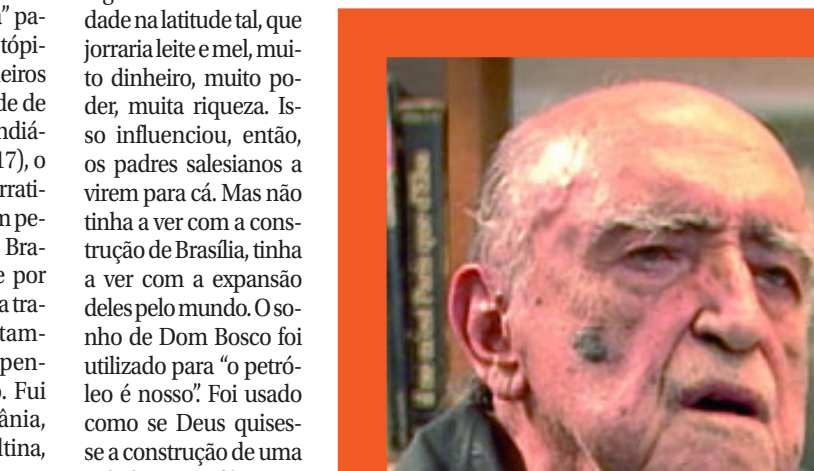
Acredito ter feito revisão de uma parte da história da cidade, porque o tema é imenso. É muito importante as pessoas saberem como, de uma hora para outra, apareceu uma cidade e que veio a se tornar Patrimônio Cultural da Humanidade. Afora o Plano Piloto, várias áreas no DF começaram a ser ocupadas, sem ninguém tenha documentos sobre elas. O governo de Goiás se propôs a comprar as terras e depois vender para a União, e, posteriormente, JK repassou isso para a Novacap, uma parte em dinheiro, uma parte em terra. É o que fez a Novacap ter poder para tocar o que ela tocou: foi a obra a construção da cidade. Tempos depois, muitos políticos começaram a apoiar as invasões na cidade. A Estrutural se tornou um invasão bem notória. Por meio das invasões, políticos iam atrás de votos. Na própria imprensa se encontra muita coisa tratando disso: a existência de políticos por trás das invasões.

JK foi extremo injustiçado, por fim?

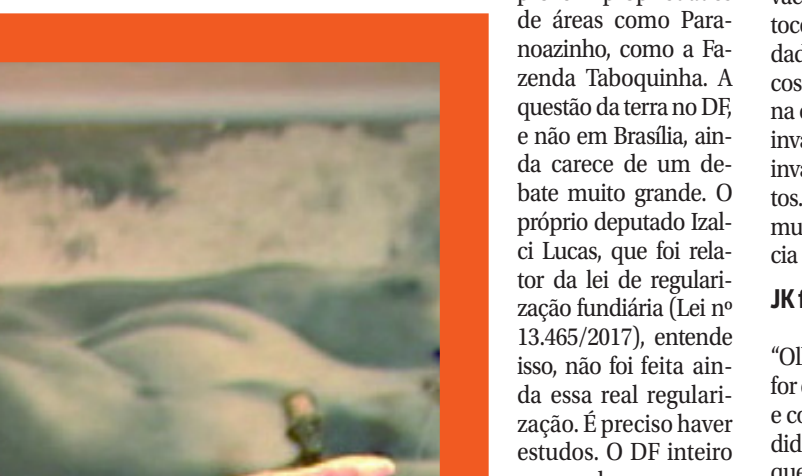
De Castelo Branco, JK escutou: "Olha, eu vou colocar a faixa em quem for eleito em 1965". Então, JK saiu dali e começou a pedir apoio para a candidatura de Castelo Branco. Mas o que aconteceu? O regime prorrogou o mandato de Castelo e cassou o de JK. Ele foi obrigado a sair do Brasil e seguiu para Paris. A ditadura apertou, e JK inclusive foi proibido de pisar na cidade que ele construiu. Chegou ao ponto de ele, vindo de Paracatu, passar por Brasília, o avião com a pressão de óleo muito baixa e a temperatura muito alta, e, ao tentar pouso no aeroporto, a torre averiguar o prefixo do avião e perguntar se o JK estava a bordo. O piloto respondeu que sim, e a torre respondeu: "Negado pouso em Brasília. Negado pouso em Brasília, siga aí para Luziânia". É uma tragédia que aconteceu com JK. Nessa época, ele foi proibido de visitar Brasília, não podia pisar aqui, não podia pousar aqui. Ele foi proibido de, no avião, pousar no aeroporto de Brasília que, mais tarde, passou a se chamar Aeroporto Presidente Juscelino Kubitschek. São essas coisas da vida, não é?



Oscar Niemeyer comenta sobre seu trabalho na Pampulha e na construção da cidade



O Correio Braziliense incentivou JK a construir a cidade



Olíbia Guimarães foi a primeira advogada da Novacap